

ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.

Termo de Referência 585/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
585/2025	121101-ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	MILENA SILVA	17/04/2026 17:11 (v 0.17)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		ATA CARREGADORES

1. Definição do objeto

1. Contratação de prestação de serviços de mão de obra (Carregadores), A demanda de serviços prevista para o período de vigência do contrato será a execução de transporte, movimentação, manuseio, carga e descarga em geral de mobiliários, e materiais diversos conforme necessidade do contratante. Atender aos diversos eventos realizados pela empresa e executar outras tarefas da mesma natureza e complexidade atinentes à função.

Os referidos serviços têm caráter auxiliar às tarefas institucionais da Fundação Padre Anchieta, pois são essências para que se realize os serviços externos, que acontecem sob demanda, devido não possuímos mão de obra para a execução desses serviços esporádicos. Por ser tratar de materiais com excesso de peso, precisamos ter mão de obra capacitada para realização dos serviços citados acima.

1.2 Tabela descrição do serviço:

CARREGADOR		
Item	Descrição	Quantidade de diárias
01	Carregador diurno - 12 horas	200
02	Carregador noturno - 12 horas	100

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base. Inclusive declínio de fornecedor ata de serviços.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Será uma prestação de serviços, que com esta contratação beneficia a Fundação Padre Anchieta.

4. Requisitos da contratação

4.1 A empresa deverá apresentar as seguintes certidões em comprovação de regularidade fiscal:

4.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4.1.2 Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

4.1.3 Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.4 Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

4.1.5 Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa;

4.1.6 Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de quaisquer natureza - ISSQN

4.1.7 Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

4.2 Os valores de proposta dos serviços devem estar alinhados aos valores de mercado seguindo a pesquisa de preços realizada pela Contratante.

4.3. NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS

4.3.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente

4.3.2 Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto (s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato;

4.3.3 Disponibilizar empregados devidamente capacitados que irão prestar serviços, uniformizados com logo da empresa e portando crachá com foto provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

UNIFORMES E EPI'S;

CALÇA (COR PRETA)
CAMISETA MANGA CURTA (COR PRETA
PAR DE LUVAS VULCANIZADO ANTI DERRAPANTE RESISTENTE
PAR DE SAPATOS BICO DE FERRO
CAPA DE CHUVA
PAR DE BOTA DE SEGURANÇA IMPERMEAVEL PVC
CINTA LOMBAR ERGONOMICA

4.3.4 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

4.3.5 Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas segurança e medicina do trabalho;

4.3.6 Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE;

4.3.7 Exercer controle sobre a assiduidade, pontualidade e as faltas de seus empregados, fazendo a imediata reposição das faltas mediante comunicado.

4.3.8 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE.

4.3.9 Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

4.3.9.1 Fornecer obrigatoriamente vale refeição e vale transporte aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços;

4.4. SUBCONTRATAÇÃO

4.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. DA JORNADA DE TRABALHO E DO CONTROLE DE CARGA HORÁRIA

4.5.1 . Os serviços, objeto deste termo de referência, serão executados conforme tabela descrita neste termo de referência.

4.5.2 O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo exclusivamente à mesma a substituição de seus funcionários nas ocorrências de faltas ou interrupções no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

4.5.3 A contratada deverá orientar os prestadores de serviços que em caso de falta, ausência no local de trabalho, atrasos ou licenças, deverá informar primeiramente à Contratada através de seu preposto, que se incumbirá de comunicar o fiscal ou substituto do contrato, e providenciar a substituição;

4.5.4 Nas faltas dos prestadores de serviço, conforme a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 e demais alterações, a CONTRATADA deve enviar substituto qualificado para prestação dos serviços, mantendo o posto sempre preenchido.

4.6. DA SUBSTITUIÇÃO

4.6.1. A empresa CONTRATADA é a responsável pelo controle da prestação de serviços e pela substituição imediata caso algum funcionário falte.

4.6.2. No caso da substituição, o (a) substituto (a) deverá ser previamente apresentado(a) ao fiscal do contrato e deverá usar uniforme e crachá de identificação bem como estar munido do controle de frequência.

5. Modelo de execução do objeto

5. LOCAL

Sede da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas:

Rua Cenno Sbrighi, nº. 378 – Água Branca – São Paulo/SP.

Teatro Franco Zampari / Auditório Cultura:

Avenida Tiradentes, nº. 451 – Luz – São Paulo/SP.

Solar Fabio Prado

Endereço: Av. Brg. Faria Lima, 2705 - Jardim Paulistano, São Paulo - SP, 01451-000

Memorial da América Latina

Av. Mário de Andrade, 664 - Barra Funda, São Paulo - SP, 01156-001

Teatro B32

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04538-132

Sala São Paulo

Praça Júlio Prestes, 16 - Campos Elíseos, São Paulo - SP, 01218-020

Theatro Municipal de São Paulo

Praça Ramos de Azevedo, s/n - República, São Paulo - SP, 01037-010

Espaço UNIMED

5.1. PRAZO DA SOLICITAÇÃO

5.2. Caberá à contratante informar, com a devida antecedência, o local onde será realizado o evento que demandará a prestação do serviço, bem como a quantidade de carregadores a serem solicitados, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência.

5.3. Observação: Quando o serviço for realizado em endereço diferente dos já informados, este deverá ser situado dentro do Estado de São Paulo e será registrado na respectiva ordem de serviço.

5.1 HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE	HORÁRIO
Carregadores - Diurno - 12 horas	08:00 as 20h00
Carregadores - Noturno - 12 horas	20:00 as 8h00

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Para fins de assinatura do contrato/Ata de Registro de Preços, não será exigida sede ou escritório previamente estabelecido no Estado de São Paulo como condição de habilitação ou contratação.

Considerando que as prestações ocorrerão no Estado de São Paulo, e com o objetivo de prevenir intercorrências na execução contratual, assegurar a continuidade do serviço e garantir atendimento tempestivo às demandas da Administração, a licitante vencedora deverá comprovar que dispõe de estrutura operacional e logística apta à adequada execução do objeto na localidade.

Caso necessário à plena execução contratual, a contratada deverá manter representante, preposto ou unidade de apoio no Estado de São Paulo durante a vigência do contrato, de forma a assegurar pronta resposta às demandas, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.2. Nesta prestação de serviços não haverá responsável direto, serão fiscalizados pelo líder, colaboradores da Produção e representantes da empresa Fundação Padre Anchieta.

7. Critérios de medição e pagamento

7. PRAZO DE PAGAMENTO

7.1 A empresa não optante do simples o IR deverá mencionar na nota fiscal a alíquota e o valor do imposto. O pagamento será realizado no dia 20 do mês subsequente a finalização da prestação de serviço.

7.2 FORMA DE PAGAMENTO

7.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2.2 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.2.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento com pregão eletrônico e com elaboração de "Ata de Registro de Preço".

8.2 O critério de julgamento adotado será o de menor preço total

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5 Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para Pessoa física fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da Empresário individual respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, Microempreendedor Individual - MEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/ Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estatal/ Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.20 A licitante deverá apresentar Atestado(s) e/ou Certidão(ões) de Capacidade Técnico-Operacional, em seu nome, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, contemplando atividades de carregadores.

8.20.1 Para fins de comprovação da capacidade técnica, será exigida a demonstração da execução de serviços pelo período mínimo de 12 (doze) meses, admitindo-se o somatório de atestados para atendimento desse quantitativo.

8.20.2 O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da entidade emitente, em original ou cópia autenticada, devidamente assinado(s) por autoridade competente ou representante legal, com identificação legível do signatário (nome e cargo), não sendo exigido prazo de validade.

8.20.3 A Fundação Padre Anchieta reserva-se o direito de, a qualquer tempo, solicitar documentos complementares que comprovem a veracidade das informações constantes do(s) atestado(s) ou certidão(ões) apresentados, tais como cópia do(s) respectivo(s) contrato(s) e/ou notas fiscais.

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

8.21. A empresa deverá apresentar declaração de ciência quanto à obrigatoriedade de assegurar estrutura operacional e logística apta à execução do objeto no Estado de São Paulo, comprometendo-se a disponibilizar, se necessário, representante, preposto ou unidade de apoio local durante a vigência contratual, nos termos da cláusula 6.1 deste Termo de Referência.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

9. O custo estimado será mencionado no Edital

Item	Descrição	Quantidade de diárias	Valor por diária	Valor Total Previsto
01	Carregadores - Diurno - 12 horas	200	0,00	0,00
02	Carregadores - Noturno - 12 horas	100	0,00	0,00

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.1.2 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MILENA SILVA

Assessor ADM I



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 16:52:27.

ERIKA MONIQUE SILVA OLIVEIRA CUNHA

Coord. Serviços Gerais



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 17:11:46.

CINTIA PEREIRA GIL

Gerente Facilities



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 17:05:17.